

CONIMBRIGA



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA



VOLUME XLVIII • 2009

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

JORGE DE ALARCÃO

Professor Catedrático aposentado da Faculdade de Letras de Coimbra

Membro do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto

A IGREJA ROMÂNICA DE S. BARTOLOMEU DE COIMBRA

“Conimbriga” XLVIII (2009) p. 211-230

RESUMO: A igreja românica de S. Bartolomeu, construída na década de 1170 ou 1180, foi demolida no séc. XVIII e, em seu lugar, edificado novo templo da mesma invocação. Escavações realizadas em 1977-1978 permitiram recuperar parcialmente a planta do templo do séc. XII, muito semelhante, até nas dimensões, à igreja de S. Tiago, da mesma cidade, felizmente subsistente. As escavações permitiram ainda identificar várias transformações sofridas pela igreja nos sécs. XVI e XVII, designadamente o alteamento do piso.

RÉSUMÉ: L' église de Saint Barthélémy à Coimbra a été bâtie vers 1170 ou 1180 et démolie au XVIII^e siècle. Des fouilles réalisées en 1977-1978 ont réussi à retrouver des traces des murs du temple du XII^e siècle. On a pu aussi identifier des remaniements du XVI^e et du XVII^e siècles, y compris le réhaussement du sol.

(Página deixada propositadamente em branco)

A IGREJA ROMÂNICA DE S. BARTOLOMEU DE COIMBRA

A actual igreja de S. Bartolomeu de Coimbra foi sagrada em 27 de Dezembro de 1777, data que se encontra registada num *Livro de Assentos da Colegiada de S. Bartolomeu* ainda hoje existente na mesma igreja (fl. 19 e 19v.).

António de Vasconcelos (1930: 103) chamou ao templo setecentista, “mole inestética”; menos severos e mais justos, Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves (1947: 39) classificaram-no de “harmoniosa interpretação utilitária do séc. XVIII”.

A primeira pedra desta igreja foi benzida e solenemente colocada em 16 de Julho de 1757, em cerimónia a que presidiu o provedor do bispado, Manuel Rodrigues Teixeira (CASTRO, 1867: 209; RIBEIRO, 1973: 21-22). Mas o culto havia sido suspenso em 5 de Junho de 1755, data em que o Santíssimo Sacramento e as imagens de Cristo e da Virgem foram transferidos para a capela do Hospital Real, situado na Praça Velha (CASTRO, 1867: 209 e VASCONCELOS, 1932). Dois anos parecem tempo demasiado para a demolição da igreja velha românica que existia no mesmo local. Só documentação inédita (ou que não localizámos) poderá eventualmente explicar tão grande prazo.

Manuel Alves Macomboia, que foi arquitecto das obras pombalinas da Universidade, parece ter sido o autor do risco de S. Bartolomeu (PEREIRA, 1956 c; CRAVEIRO, 1990: 42).

O novo templo instalou-se no mesmo local do antigo, românico; mas enquanto a igreja dos finais do séc. XII estava orientada a oeste/sudoeste, a do séc. XVIII orientou-se para a Praça Velha (ou do Comércio), a norte/nordeste (Fig.1).

Não é possível, com a documentação conhecida, reconstituirmos o urbanismo desta área baixa da cidade no séc. XII. Possivelmente, só

nos séculos XV e XVI é que a Praça Velha adquiriu uma configuração algo semelhante à actual. No séc. XVIII, porém, a praça era um pólo importante da vida cidadina – e assim se justifica a reorientação da igreja.

As escavações que realizámos em 1977 e 1978 permitiram reconstituir a planta da igreja românica e a sua orientação. Se inserirmos esse templo na malha urbana actual, vemos que o beco dos Prazeres lhe fica perpendicular. Uma descrição feita em 17 de Julho de 1757 e intitulada *Termo de como se achava a Igreja velha* (PEREIRA, 1956 b) diz que o templo tinha uma porta travessa “bem defronte da boca da Rua dos Prazeres que vai para o Romal”; e acrescenta que outra porta travessa ficava “no adro da mesma igreja virada para o nascente, defronte de humas cazas que estão na rua que vem da Rua dos Gatos e do cais para a Praça, as quais fazem huma quina por que nesta se hirá carregando na mão direita para hum beco que fica por de traz das mesmas cazas”. O adro de nascente era o que hoje se chama Adro de Cima. A rua dos Gatos permanece na toponímia, com a orientação que teria no séc. XVIII. Existiria sensivelmente com a mesma orientação no séc. XII, pois era um troço da antiga via romana que, vinda da ponte, depois corria pelo que hoje é a Praça Velha ou do Comércio (MANTAS, 1992: 494). O “beco” é a actual travessa dos Gatos.

Junto da porta travessa do lado norte ficava a torre dos sinos da igreja, que teria acesso pelo interior do templo (PEREIRA, 1976c). A torre deve ter sido acrescentada ao templo românico em data que, todavia, não podemos precisar, porque as torres sineiras das igrejas românicas de Coimbra não ficavam integradas nos templos, mas a alguma distância deles. Talvez alguma das casas que têm fachada para o Adro de Cima ocupe a posição da torre primitiva. O *Termo de como se achava a Igreja velha* chama “nova” à torre sineira a que se refere. O adjectivo confirma que não se trata da torre românica original, mas não nos elucida sobre a data da torre que servia o templo demolido no séc. XVIII.

António de Vasconcelos (1932) escreveu que “numa escavação que há anos se fez no adro detrás de S. Bartolomeu, descobriram-se paredes daquela igreja”. A igreja a que se refere é a românica. Ora, considerando a planta da nossa Fig. 1, parece difícil admitir que, no Adro de Baixo ou no de Cima, houvesse paredes da igreja do séc. XII. Tratar-se-ia da torre? Ou terão sido descobertas paredes de alguma das

igrejas pré-românicas? Ou não pertenceriam a nenhum dos templos as paredes que António de Vasconcelos viu?

Posicionada a igreja românica, compreendemos melhor o traçado dos arruamentos actuais, que apresentam, relativamente a esse templo, uma certa ortogonalidade. Não deixa de ser curioso observar que as casas do lado sudoeste da Praça Velha se apresentam numa linha perpendicular ao eixo maior da igreja românica – linha que, aliás, passa pelas traseiras da capela-mor (Fig. 2). A rua dos Esteireiros acompanha a fachada norte da igreja românica e, perpendicular a essa rua, corre a dos Prazeres até ao largo do Romal. A rua dos Esteireiros deve acompanhar uma antiga vala que escoava, até ao rio, as águas de um grande esgoto, de origem romana, que, na toponímia da cidade, era chamado a *sota*. O Largo da Sota mantém ainda hoje esse nome (ALARCÃO, 2008: 58 e 85). Esta vala, que em algum tempo há-de ter sido coberta, aparece, no *Termo* citado, assim descrita: “entre a Igreja e estas cazas [as do lado norte da rua dos Esteireiros] corre huma runa por onde vem as agoas da cidade”.

A igreja românica teria, a sudeste, um grande *atrium*, que seria o seu espaço cemiterial. Os adros de Cima e de Baixo são restos desse primitivo espaço.

Se o templo do séc. XVIII sucedeu a um templo românico, este mesmo havia sido precedido por outras igrejas no mesmo local.

Em 957 havia aqui uma igreja consagrada a S. Cristóvão e pertencente ao mosteiro de Lorvão (PMH, DC., nº 74). Possivelmente, havia sido construída depois da primeira conquista de Coimbra aos Muçulmanos (878). Não sabemos se esse templo sobreviveu à reconquista de Coimbra por Almançor (987) e se se mantinha em 1064, quando a cidade foi definitivamente reconquistada por Fernando Magno. É, porém, muito possível.

A reconsagração a S. Bartolomeu terá sido posterior a 1064 (ALARCÃO, 2008: 271-273). Mas terá a igreja do séc. X sobrevivido até ao terceiro quartel do séc. XII, altura em que foi edificado o templo românico? Terá havido alguma reconstrução nos finais do séc. XI ou nos primeiros anos do séc. XII, eventualmente no tempo dos condes D. Henrique e D. Teresa? A renovação de igrejas de Coimbra nessa data (ALARCÃO, 2008: 93, 95 e 150) torna verosímil uma reconstrução do templo de S. Bartolomeu na época condal. Não temos, porém, prova

documental ou arqueológica. O único documento que conhecemos, datado de 1109 (DMP, DP., III, nº 316), é o da doação da igreja, feita pelo presbítero Ariano, ao mosteiro de Lorvão. Na doação, o presbítero incluiu casas com seus anexos, pombal, lagar, cavalos e éguas, mulas e burros e um arsenal de armas que nos deixa suspeitar de uma igreja de algum modo fortificada (VASCONCELOS, 1930: 102-103) – a exemplo, aliás, de igrejas dos arredores da cidade, como a de S. Martinho do Bispo.

A igreja do séc. X, consagrada a S. Cristóvão, pode ter sucedido a outras. Não se nos afigura impossível que aqui tenha ficado uma das igrejas mais antigas de Coimbra, eventualmente existente já nos finais do séc. VI, quando a cidade de *Aeminium* (Coimbra) era simples paróquia da diocese de *Conimbriga*.

Destas igrejas anteriores à românica, documentalmente atestadas ou apenas presumidas, não conhecemos, porém, vestígios arqueológicos. Da própria igreja românica não conhecíamos a planta antes das escavações realizadas em 1977 e 1978.

O templo românico terá sido construído na década de 1170 ou 1180. Um *Obituário* de S. Bartolomeu regista o passamento de Gonçalo Joanes (ou Eanes, ou Anes), que faleceu em 5 de Dezembro de 1190 e *fuit secundus prior istius ecclesie*, “foi segundo prior desta igreja” (PEREIRA, 1976b). Devemos entender que foi segundo prior da igreja românica. Não podendo nós determinar quantos anos duraram os priorados de Gonçalo Anes e do seu antecessor, parece-nos hipótese plausível, porém, admitir uma data próxima de 1170 ou 1180 para a sagração da igreja. A cidade era então um grande estaleiro de obras. Se a Sé foi sagrada em 1174 ou 1175, as obras de S. Bartolomeu, S. Tiago, S. Cristóvão, S. Pedro, S. João e S. Salvador terão decorrido nas décadas de 1170 e (ou) 1180.

Do templo românico de S. Bartolomeu, deve existir, no Museu Nacional de Machado de Castro, um capitel de coluna adossada que Manuel Real (1974: 175) não conseguiu, porém, identificar.

As escavações foram iniciadas em 1975 pelo P^o. Augusto Nunes Pereira, então prior de S. Bartolomeu. Tendo decidido renovar o soalho da igreja, o P^o. Nunes Pereira começou as escavações e prosseguiu-as, lentamente e com muitas dificuldades, até se decidir a pedir-nos auxílio. Entreviemos em 1977 e 1978, com um grupo de alunos do Instituto de

Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, que o Dr. António José Nunes Pinto acompanhou em permanência.

As escavações puseram a descoberto, em grande parte, os alicerces da igreja românica, cujo eixo faz, com o da igreja do séc. XVIII, um ângulo de quase 140°. Dificuldades de vária ordem impediram o aprofundamento das escavações até níveis em que poderiam eventualmente achar-se vestígios das igrejas anteriores à românica. Por intervenção da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, foi lançada, ao nível do pavimento da igreja actual, uma esteira de cimento que permitiu a conservação dos vestígios românicos em cripta. Não será impossível (ainda que não seja fácil) vir a realizar sondagens mais fundas em algumas áreas da superfície escavada. É mais do que incerto, porém, que, a realizarem-se, venham a descobrir muros que permitam a reconstituição integral das plantas dos edifícios anteriores.

A planta da igreja românica não pôde ser recuperada na totalidade (Figs. 2 e 3). A fachada ocidental e a nave do lado do Evangelho achar-se-ão sob a sacristia do templo actual – e uma sondagem na rua dos Esteireiros poderá permitir a observação do canto sudoeste da igreja. A cabeceira encontrar-se-á sob a entrada da igreja do séc. XVIII. O que foi posto a descoberto aproxima-se tanto, porém, da igreja românica de S. Tiago, mesmo nas dimensões, que nos parece verosímil reconstituir por esta a planta (e até o alçado) do templo românico de S. Bartolomeu (Fig. 4).

Na Fig. 5 apresentamos as plantas das igrejas românicas de Coimbra, todas reduzidas à mesma escala, de modo a poderem comparar-se as suas dimensões.

A planta da capela-mor de S. Bartolomeu não pôde ser recuperada. A alvenaria escalonada que ainda encontrámos no alinhamento do que seria o limiar da capela (Fig. 3) também nos não permitiu determinar ao certo quantos degraus subiriam do falso transepto à abside, tanto mais que, como abaixo veremos, alguns degraus poderão (ou deverão) atribuir-se a alteamentos que o piso da igreja sofreu ao longo dos tempos.

A igreja não teria verdadeiro transepto. O primeiro tramo do lado da cabeceira ficava, porém, a um nível superior ao dos restantes tramos do templo, constituindo o que chamamos um falso transepto.

Reconhecemos dois tramos no corpo da igreja (excluído o falso transepto). É mais do que provável que o templo românico de S. Bartolomeu tivesse três tramos (além do falso transepto), tal como o de S. Tiago. O terceiro achar-se-á sob a sacristia da igreja actual, onde não pudemos escavar.

Os pilares, seguindo o modelo da Sé Velha, tinham base octogonal (Fots 1 e 2), sobre a qual se erguia um pilar quadrado com quatro meias-colunas adossadas. Permanece, porém, um problema. A base que descobrimos no falso transepto (Fig. 3 e Fot. 3) não parece consentir um plinto octogonal e, sobre ele, um pilar quadrado com colunas adossadas. Parece não ter área senão para uma coluna simples. Ora, verificando-se noutras igrejas uma diferença entre pilares (ou colunas) do falso transepto e da nave, a solução normal é a inversa: em Santiago (Coimbra), por exemplo, os pilares quadrados com colunas adossadas erguem-se no falso transepto e as colunas simples, na nave. Se, no falso transepto de S. Bartolomeu, havia inicialmente pilares com colunas adossadas, o que observámos nas nossas escavações terá resultado de severa amputação. Esta não se nos afigura inteiramente impossível, tanto mais que, como adiante veremos, os pilares da nave foram, a certa altura da vida da igreja, amputados. Na nave permanecem, porém, as grandes sapatas de alvenaria. A sapata que descobrimos no falso transepto corresponde a um quadrado bem mais pequeno e não reconhecemos sinais óbvios da sua amputação. Parecendo bem maior a sapata de alvenaria que ainda observámos a noroeste, no limite da nossa escavação, mas infelizmente muito desfeita pelas obras da igreja do séc. XVIII, podemos considerar que estas obras (ou outras anteriores) cortaram e reduziram muito a sapata a que anteriormente nos referimos. Se assim foi, haveria também, no falso transepto, pilares colonados idênticos aos da nave.

Nada se pôde descobrir da nave colateral do lado do Evangelho, que se encontra sob a sacristia actual. Nessa nave ficava a capela (ou simples altar?) de Nossa Senhora da Parede. O *Termo de como se achava a Igreja velha* (PEREIRA, 1956 b; RIBEIRO, 1973: 14-19) recorda a tradição de que a Rainha Santa vinha frequentemente aqui rezar. Terá algum fundamento a tradição, ou será lenda?

Não pudemos também recuperar inteiramente a planta e dimensões do absidiolo do lado da Epístola, que era, segundo aquele *Termo*, dedicado a S. Tomé.

Na parede meridional da igreja, e logo a seguir a esse absidiolo, encontrámos vestígios de uma soleira de porta que abriria para uma pequena sacristia (Figs. 3, 4 e 6 e Fots. 4 e 6). Como abaixo veremos com mais pormenor, essa porta foi posteriormente condenada, ao mesmo tempo que a sacristia foi alargada.

O alargamento da sacristia, talvez efectuado no séc. XVII, terá condenado também uma porta lateral que a igreja românica teria na fachada voltada ao Adro de Cima e conduziu à abertura de uma nova porta travessa que o *Termo de como se achava a Igreja velha* nos permite situar no segundo tramo a contar da entrada principal do templo (Figs. 4 e 6).

A igreja românica ter-se-á mantido sem grandes alterações até aos inícios do séc. XVI. É certo que, num registo do *Obituário* de S. Bartolomeu, se menciona que, em 11 de Novembro de 1363, o bispo D. Gil procedeu à sagração de sete altares da igreja: do Corpo de Deus, dos Inocentes, de S. Turíbio, de Santa Catarina, de Santa Maria, de Santa Maria Madalena e do Espírito Santo (PEREIRA, 1976c). Poderíamos admitir que a consagração dos altares veio a seguir a quaisquer obras de vulto que tivessem encerrado a igreja ao culto durante algum tempo. Mas talvez a consagração (ou reconsagração) dos altares tenha sido esconjuro da peste que nesse ano afectou a cidade ou, mais provavelmente ainda, acto de desagravo pelo famigerado sacrilégio das hóstias praticado por judeu (GOMES, 2003: 72-75). Talvez se possa agora precisar o ano em que o sacrilégio se deu: terá sido o de 1363.

A versão que Jorge Cardoso, no seu *Agiológico Lusitano* (1652), nos deu deste acontecimento parece algo fantasiosa. Mais próxima dos acontecimentos, encontramos na bula do Papa Bonifácio IX, datada de 8 de Novembro de 1397, esta outra versão:

“... certo jovem, familiar do dilecto filho Tesoureiro da Sé de Coimbra, seduzido por um judeu, a troco de uma quantia em dinheiro, lhe vendera um vaso de prata no qual estavam guardadas três hóstias consagradas e que, de seguida, esse judeu tinha enterrado as hóstias numa esterqueira ou sítio imundo. Depois disso, por inspiração do

Altíssimo, chegou notícia do acto facínora aos ouvidos do bispo Vasco, de boa memória, o qual, com toda a solenidade e reverência, fez trasladar as ditas hóstias do lugar em que estavam, no qual se tinham conservado íntegras e ilesas, por milagre divino, levando-as à Sé, nela as tendo colocado, honorificamente, como cumpria” (GOMES, 2009: 37-38).

D. Vasco (Fernandes), arcebispo de Toledo, foi daqui expulso pelo rei de Castela, D. Pedro, e, vindo para Portugal, foi designado bispo de Coimbra. Governou a diocese de 1364 a 1371. Sucedeu a D. Pedro Gomes Barroso, que foi bispo de Coimbra de 1359 a 1363 ou 1364, e, depois, bispo de Lisboa. Não temos notícia de nenhum bispo de nome Gil. Mas sabemos que o cônego da Sé de Coimbra, Fernão Gil, foi Vigário de D. Pedro Gomes Barroso (NOGUEIRA, 1942: 123-125). Talvez o roubo das hóstias se tenha dado em fins de 1363, quando o bispo D. Pedro Gomes Barroso já havia deixado a diocese de Coimbra mas antes que D. Vasco Fernandes tenha tomado posse do cargo. O episódio poderá ter ocorrido num curto período de vacância em que o vigário Fernão Gil exerceria interinamente o governo da diocese. D. Gil poderá ter promovido de imediato alguma acção de desagravo, renovada por D. Vasco Fernandes logo que tomou posse. A bula de Bonifácio IX, escrita 33 ou 34 anos depois do acontecimento, pode ter atribuído o sacrilégio ao tempo de D. Vasco quando, de facto, este ainda se não acharia em Coimbra. Só algum documento inédito poderá, porém, esclarecer a data exacta do sacrilégio.

Nos inícios do séc. XVI, o pavimento da igreja de S. Bartolomeu terá sido alteado e o templo parcialmente forrado de azulejos hispano-árabes, aplicados nas paredes internas, nos espelhos dos degraus, em frontais de altares. Desse revestimento encontrámos vestígios ainda *in situ*, para além de numerosos fragmentos dispersos nas terras que escavámos.

No séc. XVII ter-se-ão feito outras obras, para além do alargamento da sacristia, já referido, e da deslocação da porta lateral do lado sul. Houve, pelo menos, aplicação de azulejos de tapete (Fot. 5) e instalação de um novo altar, consagrado a S. Caetano (Figs. 3 e 6 e Fots. 2, 3 e 4); talvez no mesmo século se tenha erguido o coro alto e, sob ele, o altar das Almas – aos quais se refere o *Termo de como se achava a Igreja velha*. Mas não pretendemos sustentar que todas estas obras se fizeram ao mesmo tempo.

Nos meados do séc. XVIII, a igreja devia achar-se em grande decadência. Não podemos, porém, atribuir ao terramoto do 1º de Novembro de 1755 a sua ruína, visto que nessa data já se tinha suspenso o culto para se proceder à demolição da igreja e à sua completa reedificação.

Apresentada assim, de forma sumária, a história da igreja românica de S. Bartolomeu, descreveremos agora com mais vagar o que pudemos observar nas escavações que fizemos em 1977-1978.

O absidiolo do lado da Epístola era, segundo o *Termo de como se achava a Igreja velha*, consagrado a S. Tomé. Nas Fots. 3 e 5, ao fundo, vemos ainda algumas lajes calcárias do seu pavimento e, meio desfeitos, os degraus que subiam do falso transepto ao absidiolo. Do lado direito observam-se os bons silhares do estilóbata que corria ao longo da parede interna da igreja – um dos quais marcado com uma sigla (Fot. 7). Na mesma Fot. 3, um maciço de alvenaria, com muita cal, sobre uma grande laje calcária rectangular, corresponde ao altar de S. Caetano. Na mesma Fot. 3 podem ver-se também a base de um dos pilares do falso transepto (em frente do altar de S. Caetano) e duas pedras do degrau que descia do falso transepto à nave da igreja. Por último, vê-se, recuada relativamente ao estilóbata, a porta que dava para a sacristia da igreja.

A Fot. 5 aproxima-nos dos degraus meio desfeitos que subiam ao absidiolo. À direita, recuada relativamente ao estilóbata, vemos a parte inferior de um painel de azulejos de tapete do séc. XVII. Em frente e abaixo do estilóbata, um maciço de alvenaria, também meio desfeito, suscita-nos dúvidas de cronologia. Pode tratar-se de restos de degrau românico (que, neste caso, desceria da sacristia ao falso transepto, servindo o próprio estilóbata de degrau intermédio). Mas a relação desse maciço com os degraus do absidiolo deixa-nos suspeitar de um alteamento desse hipotético degrau no séc. XVI ou mesmo em data posterior.

A Fot. 8, finalmente, mostra em pormenor o degrau românico do absidiolo, com marca de canteiro e, sobre ele, um espelho de azulejos hispano-árabes. Nos inícios do séc. XVI, o pavimento do templo foi alteado. Foi então que se forrou o espelho do degrau de azulejos hispano-árabes.

Voltando à Fot. 5, observa-se, acima do espelho de azulejos do séc. XVI, um degrau de focinho boleado (que seria anacrónico atribuir

ao templo românico e por isso datamos do mesmo séc. XVI). Observa-se ainda que a alvenaria de um último degrau (o mais alto) se sobrepõe ao painel de azulejos de tapete do séc. XVII. Deve ter havido, pois, um segundo alteamento do piso do absidiolo, realizado em data tardia do séc. XVII ou já no XVIII.

A Fot. 9 mostra, ao fundo do absidiolo, e num maciço muito irregular de alvenaria, dois azulejos hispano-árabes (e negativos de outros). Trata-se de restos do frontal do altar que existia neste absidiolo, e que, nos inícios do séc. XVI, terá sido revestido de azulejos daquele estilo.

Podemos, agora, observar os cortes das Figs. 7 e 8. A primeira representa o lado interno da parede do templo românico que deita para o Adro de Cima (ou do seu alicerce), tal como o observámos na nossa escavação. A segunda reconstitui o alçado da igreja.

Na Fig. 8, o nível dos pisos é hipotético (ainda que tenha sido reconstituído tendo em conta diversos dados da escavação). Temos conservado um degrau românico que descia do absidiolo ao falso transepto. Se havia apenas um degrau, está correcta a cota que demos ao absidiolo. Mas haveria dois degraus? Nesse caso, deveríamos elevar a cota desta capela lateral. Do falso transepto descer-se-ia à nave por dois degraus.

No séc. XVI, o piso da igreja terá sido alteado, com maior elevação na nave do que no falso transepto. Deste último, descia-se agora à nave apenas por um degrau, aliás parcialmente conservado na nave colateral do lado leste (**Fot. 3**). A elevação do piso da nave terá feito desaparecer as bases octogonais dos pilares: o piso ficou ao nível das bases das colunas.

Como anteriormente dissemos, a igreja românica terá tido uma pequena sacristia do lado nordeste (Figs. 4 e 6). É segura a posição da sua porta, que ficava no falso transepto, mesmo encostada ao absidiolo (Fig. 3; Fots. 4 e 6).

A igreja teve também, mais do que provavelmente, uma porta travessa no primeiro tramo da nave (a contar da cabeceira). Não encontrámos, porém, vestígios inequívocos dela. Hipotética é a dimensão que demos à sacristia.

O painel de azulejos de tapete a que anteriormente nos referimos prova que a porta desta sacristia para o falso transepto estava entaipada

no séc. XVII. É possível que tal entaipamento tenha sido realizado mesmo nesse século e que, ao mesmo tempo, se tenha alargado a sacristia, tendo-se aproveitado a porta travessa da igreja (naturalmente remodelada) como comunicação da nova sacristia com a igreja. Abriu-se mais abaixo, no tramo seguinte da nave, nova porta para o exterior. É a esta nova porta que se refere o *Termo de como se achava a Igreja velha*, cuja descrição nos parece útil transcrever, na parte que diz respeito a este lado da igreja românica, tal como existia imediatamente antes de ser demolida:

“...a qual capella mor tinha nos lados duas capellas, de huma parte a capella que era de Calisto Rangel com o titulo de S. Niculáo, que era da parte do norte e Rua dos Esteireiros; da parte do Adro estava outra capella com o titulo de S. Thomé, que he de João Brandão. E nella se achava colocada a Senhora da Natividade. Pegada a esta se achava hum altar de S. Caetano e logo para baixo mais tres passos se achava a porta da sacristia da mesma Igreja. E logo outros tres passos ficava a porta travessa da parte do Adro. E correndo pela Igreja abaixo, no fim della desta parte estava hum altar com o título das Almas, por debaixo do pavimento do coro”.

As Figs. 3 e 6 mostram a área da sacristia. Na espessura do muro sudoeste observámos um resto de cano de barro que escoaria as águas de algum pequeno lavabo (Fot. 10).

Conservavam-se algumas tijoleiras do piso da sacristia do séc. XVII (Fot. 10). O piso estava roto em vários pontos, designadamente por uma cova onde se achavam duas inumações (Fot. 11 e Fig. 9). O registo dos enterramentos da igreja de S. Bartolomeu permite, aliás, saber que, entre 1751 e 1755, se fizeram 11 enterramentos na sacristia (RIBEIRO, 1973: 133). O ano de 1755 foi, recordamos, o do encerramento da igreja ao culto, para se proceder à sua demolição.

A construção da sacristia no séc. XVII obrigou a fazer, no interior da igreja e no tramo para o qual se abria a porta daquela dependência, um patamar que prolongava o nível do falso transepto. Um muro em π aguentava esse patamar (Figs. 3, 6 e 7; Fots. 1, 2, 12 e 13).

Não encontrámos vestígios da porta lateral da igreja nem do altar das Almas a que se refere o *Termo* acima transcrito: o muro da igreja românica estava demasiadamente destruído para se poder reconhecer

soleira ou degrau da porta; e quanto ao altar das Almas, terá ficado sob a cabeceira da igreja barroca, onde não pudemos escavar. As nossas Figs. 7 e 8 representam, porém, um muro que nos parece ter sido erguido como sólido alicerce do coro alto a que aquele *Termo* se refere. Possivelmente, terá servido também de apoio a um guarda-vento.

Deixámos para o fim a necessária interpretação das sepulturas individuais e dos “carneiros” da igreja. Este último termo designa as valas ou caixotões, delimitados por muros de alvenaria, em que eram feitos os enterramentos.

Conservámos os carneiros na nave central, mas destruimo-los na nave lateral, a fim de levar a escavação tão funda quanto possível.

A orientação dos carneiros, paralelos aos muros da igreja românica (Figs. 3 e 6 e Fots. 1, 2 e 12), inclinou-nos, desde logo, a supô-los anteriores à demolição da igreja velha, embora, possivelmente, feitos em data não muito recuada relativamente a essa demolição. Aliás, na alvenaria de um dos carneiros encontrámos, reutilizado, um fragmento de pedra tumular com escrita do séc. XVI ou XVII, infelizmente apenas com algumas letras que não permitiram reconstituir nem nome nem data.

A instalação dos carneiros obrigou, porém, ao corte de um dos pilares da nave (Fig. 3 e Fots. 1 e 2). Tendo isto em conta, admitimos, como segunda hipótese, terem sido os carneiros construídos ao mesmo tempo que se destruía a igreja velha – ou imediatamente após a destruição mas antes de terem começado as obras do templo setecentista. Isto, aliás, justificaria o espaço de dois anos que mediou entre o encerramento da igreja ao culto (5 de Junho de 1755) e o lançamento da primeira pedra da igreja nova (16 de Julho de 1757). Neste caso, o templo românico teria sido demolido, os carneiros construídos, os ossos recolhidos nos carneiros e cobertos com alguma camada de terra – e só depois se teria começado a edificação da igreja nova.

Nos alicerces do templo setecentista foram incorporados elementos arquitectónicos do românico, designadamente tambores de colunas adossadas que podem ter pertencido aos pilares colunados da igreja velha (Fot. 14). Isto parece harmonizar-se com a nossa segunda hipótese: a igreja românica teria sido destruída, tendo-se construído ao mesmo tempo os carneiros que implicaram o corte dos pilares; teriam ficado por perto os elementos das colunas adossadas que integravam os

pilares; estes elementos teriam sido incorporados nos alicerces da igreja nova que logo a seguir terá começado a erguer-se.

A verdade, porém, é que, observando o encontro dos muros dos carneiros com o alicerce da igreja nova, parece impor-se a conclusão de que aqueles foram cortados pelo alicerce da igreja barroca. Daqui parece dever deduzir-se, com aparente lógica, que os carneiros devem ser anteriores à obra da igreja nova, não tendo feito parte de um mesmo programa de trabalhos.

Nos carneiros não encontramos quaisquer materiais datáveis com um mínimo de precisão: apenas raros fragmentos de faiança, diversas contas de azeviche (algumas delas, provavelmente, de rosários), pequenos pingentes ou pendeloques do mesmo material (que se usariam em colares de fio ou linha), fechos ou ornamentos metálicos de caixões, restos de fímbrias ou galões de sudários. Numa sepultura de criança, ainda com vestígios do caixão de madeira, recolhemos uma moeda de ouro de D. João V. Nenhuma dedução cronológica segura podemos retirar desta moeda, que tanto pode ter sido depositada ainda no reinado daquele monarca, como posteriormente.

A hipótese de os carneiros terem sido construídos depois de a igreja românica ter sido demolida, mas antes de se ter materializado, no terreno, a planta da igreja nova, não deve rejeitar-se. Neste caso, ao edificar-se a igreja barroca, os seus alicerces teriam cortado os carneiros que haviam acabado de construir-se. Mas não podemos afastar a outra hipótese de os carneiros terem sido construídos no séc. XVII (eventualmente nos fins desse século) ou nos inícios do século XVIII.

Infelizmente, não temos elementos seguros para nos decidirmos por uma ou outra das hipóteses. E dizemos “infelizmente” porque a nossa indecisão arrasta uma outra dúvida sobre ponto bem mais importante: quando é que os pilares colunados foram cortados?

A base octogonal dos pilares deixa crer que estes seguiam o modelo da Sé e de S. Tiago: pilares quadrados com colunas adossadas nos quatro lados. Arcos torais e arcos formeiros apoiar-se-iam nas colunas. Tais arcos não implicam necessariamente abóbadas de pedra. Que os arcos existiram, di-lo claramente o *Termo de como se achava a Igreja velha*, o qual refere “humas colunas grossas nas quais se sustentavam os arcos das ditas naves”. A referência é, porém,

demasiadamente lacónica para sabermos se havia arcos torais e arcos formeiros, ou só uns ou só outros. A espessura do muro meridional do templo permite admitir, sobre o estilóbata, colunas adossadas em que se apoiariam arcos. Infelizmente, o estilóbata conservou-se apenas no falso transepto, mas já não encontramos pedras dele na parte correspondente à nave. Retomando o que atrás dissemos sobre os elementos arquitectónicos reutilizados no alicerce da igreja nova, podemos agora perguntar-nos se os tambores de colunas reaproveitados como material de construção naquele alicerce são os das colunas adossadas de que os pilares foram amputados, ou os das colunas adossadas às paredes laterais do templo (as quais poderiam ter sobrevivido muito tempo à amputação dos pilares).

Se observarmos as Fots. 1 e 2, e nestas, a base octogonal, vemos que o muro do carneiro contíguo pode ter coexistido com um pilar quadrado mas implicou, necessariamente, pelo menos a destruição da coluna adossada do lado noroeste.

Se os carneiros foram construídos no séc. XVII ou nos inícios do XVIII, a igreja terá então sofrido uma outra considerável transformação nessa época: os pilares terão sido amputados das suas colunas.

Esta eventual transformação não é impensável. Poderíamos argumentar que a amputação das colunas adossadas implicaria a destruição dos arcos, cuja permanência está atestada pelo *Termo de como se achava a Igreja velha*. Mas contra-argumentaremos que as colunas podem ter sido removidas sem se terem retirado os capitéis, porque estes podiam ter sido lavrados numa pedra cujo talão se encastrasse solidamente na massa do pilar. Sendo assim, os capitéis poderiam ter permanecido como mísulas que aguentariam os arcos – embora, naturalmente, tal obra diminuísse a solidez da construção.

Se os pilares com colunas adossadas foram, no séc. XVII ou nos inícios do XVIII, amputados de suas colunas, terão sido revestidos de talha ou de azulejos?

Fica a pergunta sem resposta. Talvez documentação inédita (ou que não conhecemos) contenha a resposta que, arqueologicamente, não sabemos dar. Mas não deixaremos de observar que, no limite do falso transepto, e sobre o degrau que identificámos como do séc. XVI, foi a certa altura lançado um murete de cerca de 0,20 m de altura que deixa

crer num alteamento do piso da igreja posterior ao séc. XVI (Fots. 1 e 2). Reconstituímos na Fig. 8 esse hipotético alteamento. Se ele existiu, a porta principal da igreja, cuja altura já tinha sido consideravelmente reduzida com a elevação do piso do templo no séc. XVI, terá sido mais reduzida ainda, a ponto de ter tornado inestético um portal que, no séc. XII, seria formoso.

Para além da ruína (ou falta de estabilidade) que a igreja românica poderia apresentar nos meados do séc. XVIII, e da depreciação do estilo românico nessa época, a demolição da igreja velha de S. Bartolomeu pode ter sido justificada também pela conveniência de reorientar a igreja para uma praça nobre nesse meado do século e pelas inundações que o templo, apesar de alteado o seu pavimento, sofreria em invernos de grandes enchentes do rio.

Na igreja nova foram reutilizadas muitas pedras da velha. Na Fig. 10 reproduzimos as siglas que o Dr. António José Nunes Pinto pacientemente decalcou em silhares ainda *in situ* ou reaproveitados na obra nova.

Retomemos, porém, a análise dos enterramentos.

Feitos os carneiros, recolheram-se neles, a trouxe-mouxe, os ossos de muitas inumações antigas. Nas Fots. 2 e 12, que mostram com clareza a base octogonal de um pilar cortada do lado direito para a inserção do muro de um carneiro, vêem-se outros dois muros. Delimitam-se, assim, três carneiros. Na vala mais próxima do pilar, os ossos não foram por nós remexidos durante a escavação e a fotografia ilustra, pois, o estado em que os ossos se encontravam. A vala seguinte apresenta um empilhamento feito por nós: tendo escavado completamente o carneiro mais distante do pilar (que, nas fotografias, se apresenta vazio), reunimos no anterior os ossos removidos, bem como alguns de outros carneiros da igreja.

No espaço da capela-mor românica encontrámos três carneiros e, num deles, ainda em perfeita conexão anatómica, um esqueleto (Fot. 16). No espaço correspondente ao falso transepto, onde não existiam carneiros, observámos quatro esqueletos também em conexão anatómica (mas, para além deles, outros ossos dispersos (Fot. 17). Pelo registo dos enterramentos da igreja, sabemos que, entre 1751 e 1755, foram enterrados sete indivíduos no cruzeiro e um na capela-mor (RIBEIRO, 1973: 133).

Por outro lado, no segundo tramo da nave central (e a mais de 1,50 m abaixo do presumível pavimento da igreja românica), identificámos algumas sepulturas feitas de pedras ou lajes irregulares (Fots. 14 e 15 e Fig. 3), três delas intactas. Uma tinha o fundo feito de tijoleiras. A orientação das sepulturas, paralelas aos muros românicos, convence-nos de que, não obstante a sua grande profundidade, elas foram feitas na igreja românica e não correspondem a nenhum dos templos pré-românicos existentes no local. Se tais sepulturas fossem anteriores, teria sido extraordinário o cuidado dos construtores românicos em alinhar os muros da igreja de finais do séc. XII pelas sepulturas, bem como a preocupação de evitar que os alicerces destruíssem as sepulturas.

Deve ter havido outras sepulturas do mesmo tipo; mas terão sido destruídas por enterramentos posteriores, não tendo delas ficado outros vestígios senão lajes postas de cutelo que encontrámos aqui ou acolá, avulsas, sem possibilidade de reconstituirmos as sepulturas de que terão feito parte.

Voltando ainda à entrada da igreja do séc. XVIII, encontrámos também aqui carneiros, mas agora com muros paralelos aos da igreja nova (Fot. 18). Tais muros, aliás, achavam-se a nível superior aos dos que anteriormente descrevemos – pelo que devemos supô-los construídos na igreja barroca. É bem possível que toda a igreja nova tenha sido provida de um sistema de carneiros, que já não teremos encontrado quando tomámos conta das escavações. Infelizmente, redigido este relatório 30 anos depois de realizados os trabalhos, já não nos recordamos do que nos terá dito o P^c. Nunes Pereira, ao tempo prior da igreja, sobre as escavações que ele mesmo fez antes de pedir a nossa intervenção.

Reconstruída a igreja, recomeçaram a fazer-se nela os enterramentos. Não dispomos, porém, de estudo demográfico da freguesia no último quartel do séc. XVIII nem na primeira metade do séc. XIX. Mas o ritmo dos enterramentos não terá sido então inferior ao do quartel de 1726-1750. Neste período, registaram-se 896 enterramentos, o que dá uma média de 36 por ano (PINHO, 1968). A partir de 21 de Setembro de 1835, data da proibição dos enterramentos no interior das igrejas, o ritmo poderá ter diminuído. Mas a proibição legal não foi, durante algum tempo, cumprida e A.A. Costa Simões (1853) calculava que, nos meados do séc. XIX, se abria o mesmo local,

na igreja de S. Bartolomeu, de 18 em 18 meses para se fazer novo enterramento.

Os trabalhos arqueológicos de que aqui damos conta, tendo permitido reconstituir a planta e a orientação da igreja do séc. XII, constituem contributo para o estudo da arquitectura românica de Coimbra; e, restituindo a cota do pavimento primitivo da igreja e dos seus sucessivos alteamentos, são também um contributo para a história da Baixa coimbrã, cujo nível se foi elevando em consequência do assoreamento do rio e das inundações que tal assoreamento regularmente provocou desde, pelo menos, o séc. XIV. Num outro estudo que temos em preparação, procuraremos relacionar as cotas do templo com as das pontes de D. Afonso Henriques e de D. Manuel, e reconstituir o urbanismo da cidade entre a testa dessas pontes e a igreja.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, JORGE DE (2008) – *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra
- CASTRO, AUGUSTO MENDES SIMÕES DE (1867) – *Guia histórico do viajante em Coimbra e arredores*, Coimbra
- CORREIA, VERGÍLIO E GONÇALVES, A. NOGUEIRA (1947) – *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, Lisboa
- CRAVEIRO, MARIA DE LURDES (1990) – *Manuel Alves Macomboa. Arquitecto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*, Coimbra
- DMP, DP., III = *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*, III, Lisboa, 1940
- GOMES, SAUL A. (2003) – “Ser-se judeu na Coimbra medieval” in *Minorias étnicas e religiosas em Portugal, História e actividade*, Coimbra: 61-82
- GOMES, SAUL A. (2009) – “Coimbra Judaica. A história e o esquecimento”, in *Coimbra Judaica. Actas*. Coimbra: 27-42
- MANTAS, VASCO GIL (1992) – “Notas sobre a estrutura urbana de *Aeminium*”. *Biblos*, 68: 487-513
- NOGUEIRA, PEDRO ÁLVARES (1942) – *Livro das vidas dos bispos da Sé de Coimbra* (lido, prefaciado e publicado por António Gomes da Rocha Madahil), Coimbra
- PEREIRA, AUGUSTO NUNES (1956a) – “Para a história da igreja colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra” in *Correio de Coimbra* de 23 de Agosto de 1956
- PEREIRA, AUGUSTO NUNES (1956b) — “Para a história da igreja colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra. Termo de como se achava a Igreja velha” in *Correio de Coimbra* de 30 de Agosto de 1956

- PEREIRA, AUGUSTO NUNES (1956c) — “Para a história da igreja colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra. Quem foram os mestres da nova igreja” in *Correio de Coimbra* de 4 de Outubro de 1956
- PEREIRA, AUGUSTO NUNES (1976a) — “Igreja de S. Bartolomeu. Um pequeno problema iconográfico” in *Correio de Coimbra* de 8 de Janeiro de 1976
- PEREIRA, AUGUSTO NUNES (1976b) — “Um documento inédito. O 2º prior de S. Bartolomeu” in *Correio de Coimbra* de 22 de Janeiro de 1976
- PEREIRA, AUGUSTO NUNES (1976c) — “Igreja de S. Bartolomeu. Sagração de altares” in *Correio de Coimbra* de 5 de Fevereiro de 1976
- PINHO, CUSTÓDIO MARTINS DE (1968) — *A freguesia de S. Bartolomeu de Coimbra no 2º quartel do séc. XVIII (Estudo de Demografia Histórica)*, Coimbra (Tese de licenciatura, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra)
- PMH, DC= *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*, Lisboa, 1867-1873
- REAL, MANUEL LUÍS (1974) — *A arte românica de Coimbra (Novos dados. Novas hipóteses)*, Porto (Tese de licenciatura, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras do Porto)
- RIBEIRO, FERNANDO MANUEL DE FARIA (1973) — *A freguesia de S. Bartolomeu de Coimbra no 3º quartel do séc. XVIII (Estudo de Demografia Histórica)*, Coimbra (Tese de licenciatura, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra)
- SIMÕES, A.A. DA COSTA, (1853) — “Enterramentos em Coimbra”, *O Instituto*, 1: 239- 240
- VASCONCELOS, ANTÓNIO DE (1930) — *A Sé-Velha de Coimbra*, Coimbra
- VASCONCELOS, ANTÓNIO DE (1932) — “A igreja de S. Bartolomeu”, in *Correio de Coimbra* de 30 de Janeiro de 1932

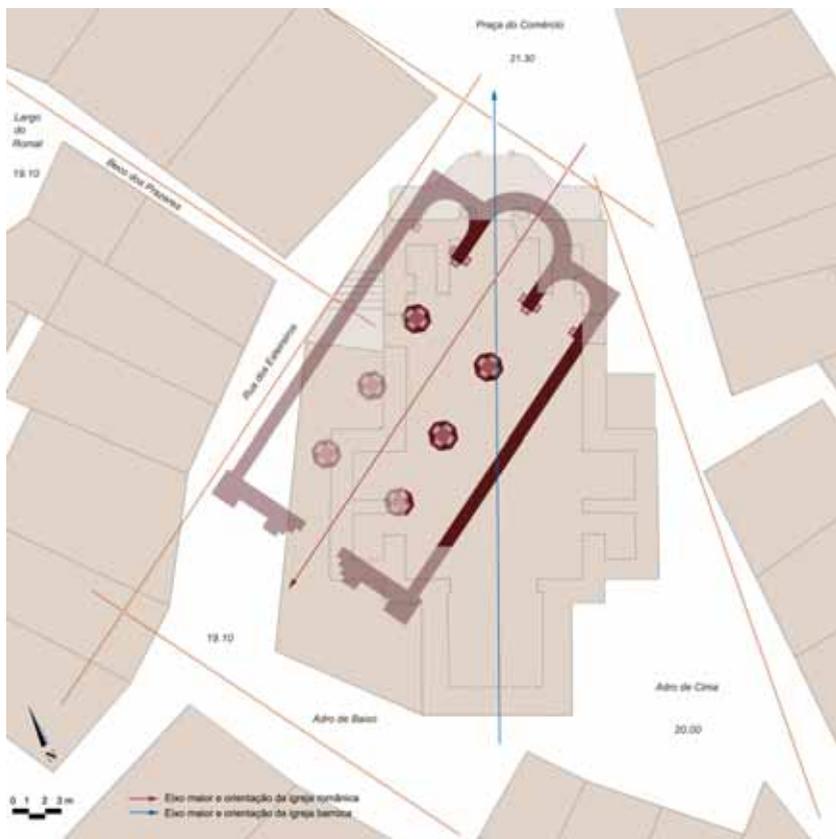


FIG. 1

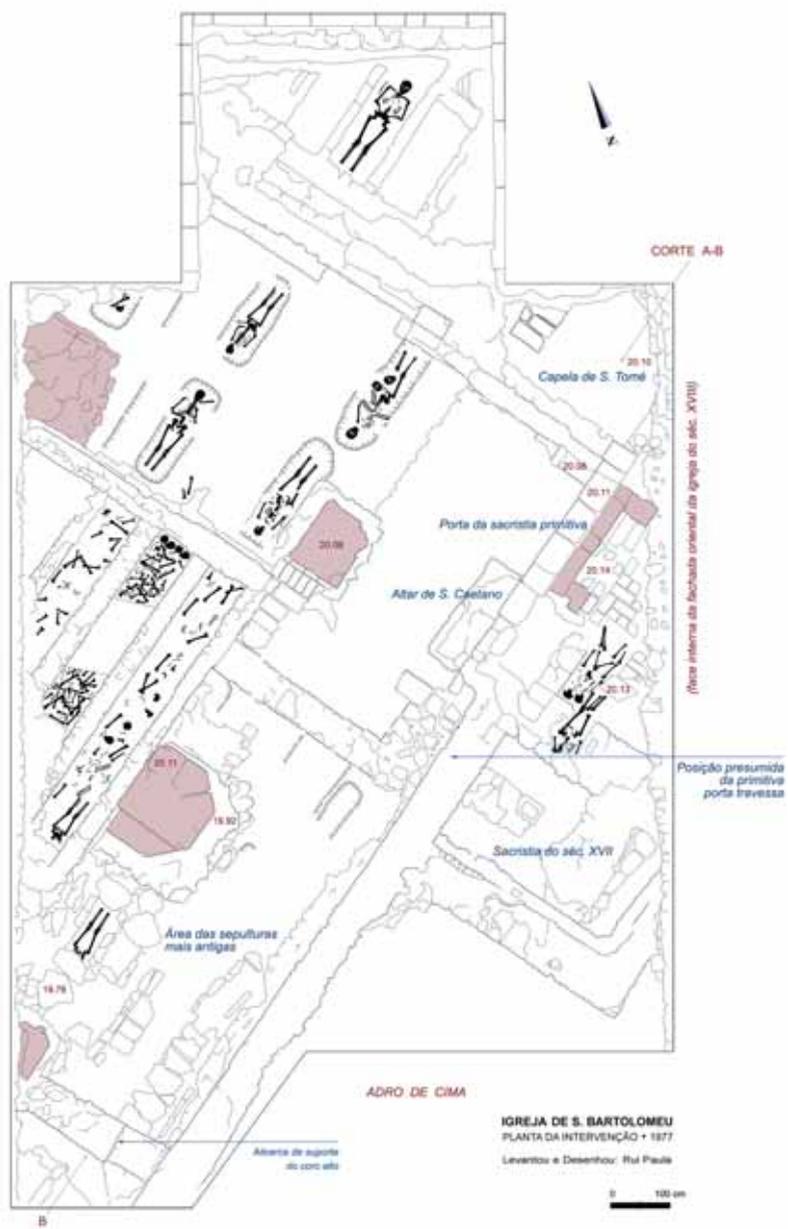


FIG. 3

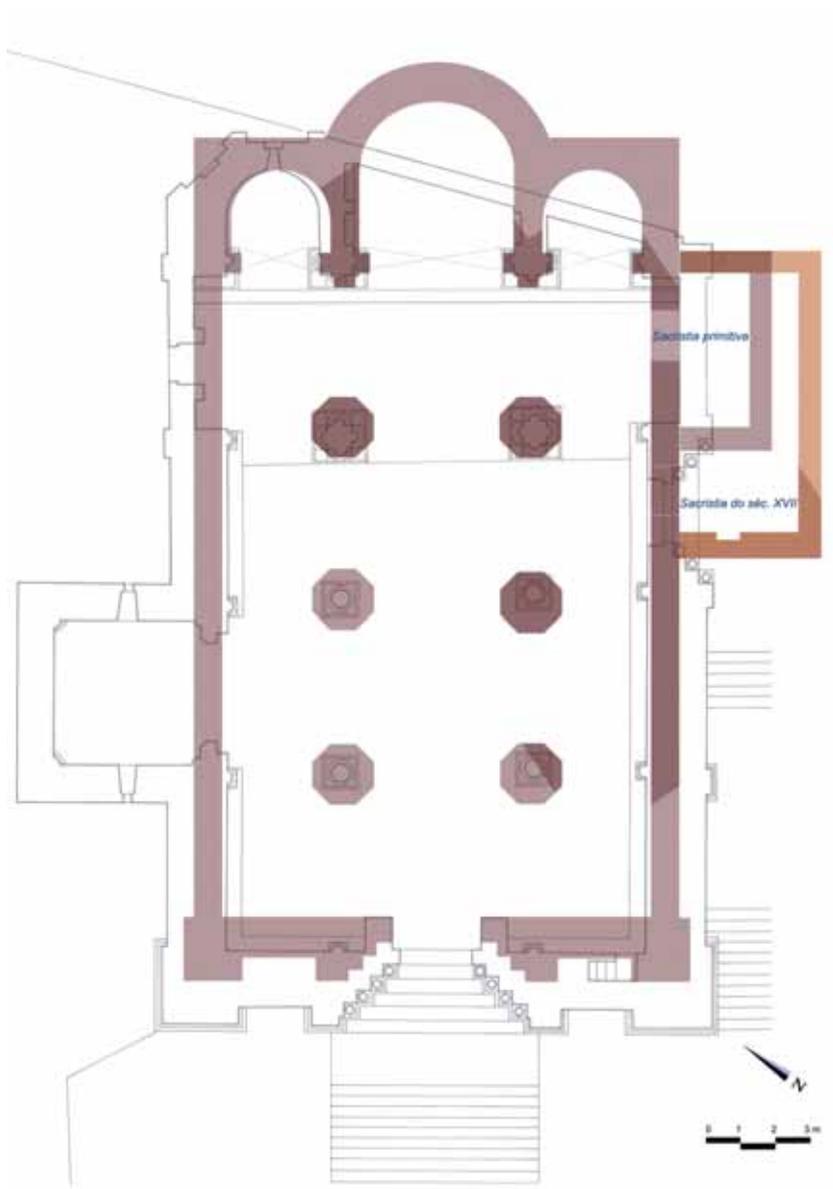
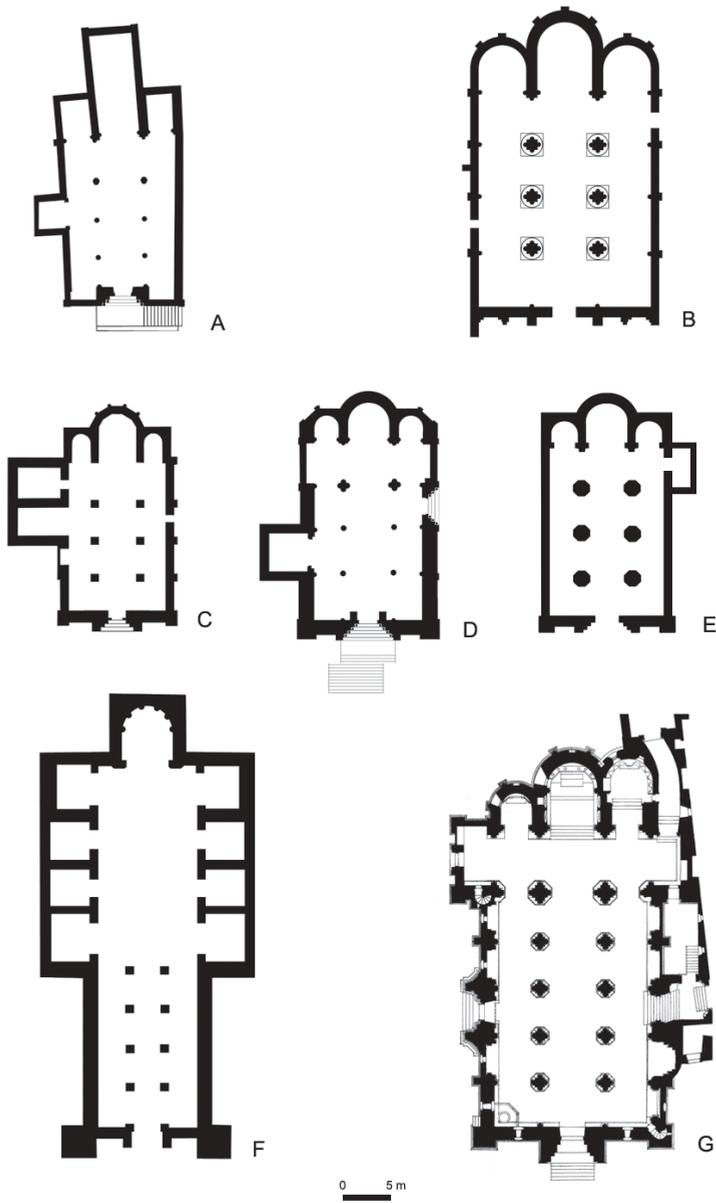


FIG. 4



A - S. Salvador, B - S. João de Almedina (hipotético), C - S. Cristóvão, D - S. Tiago, E - S. Bartolomeu, F - Santa Cruz (hipotético), G - Sé

FIG. 5

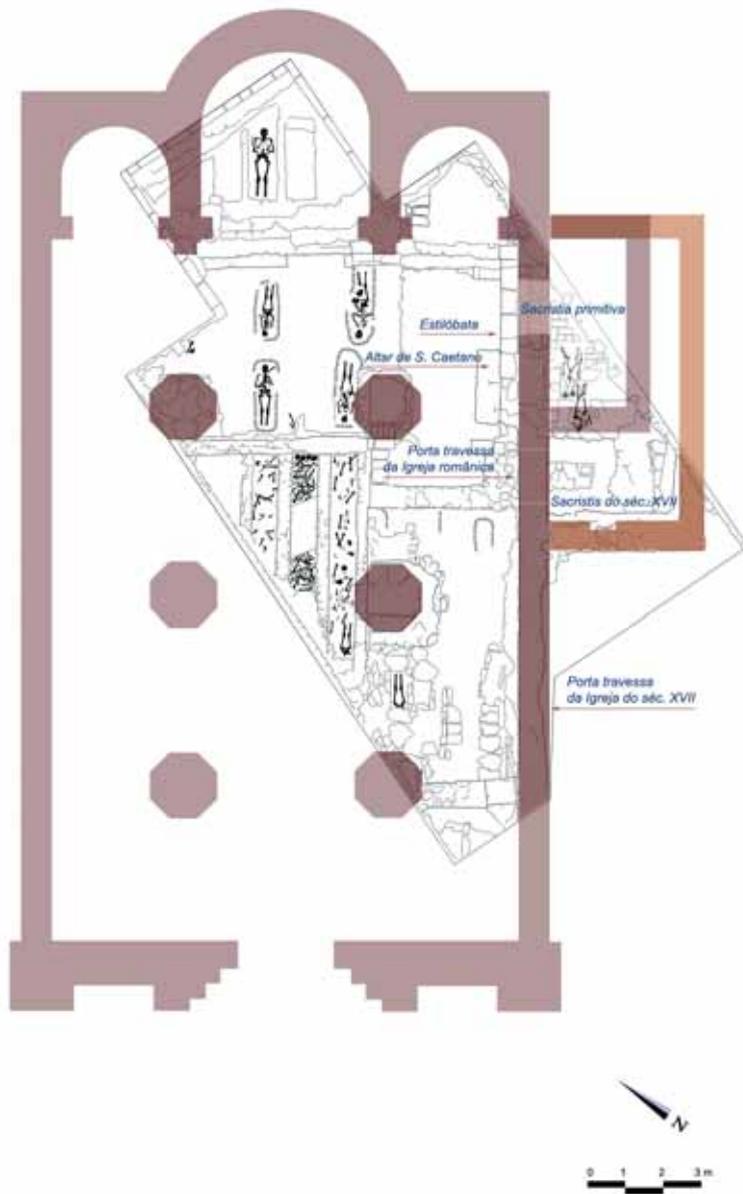


FIG. 6

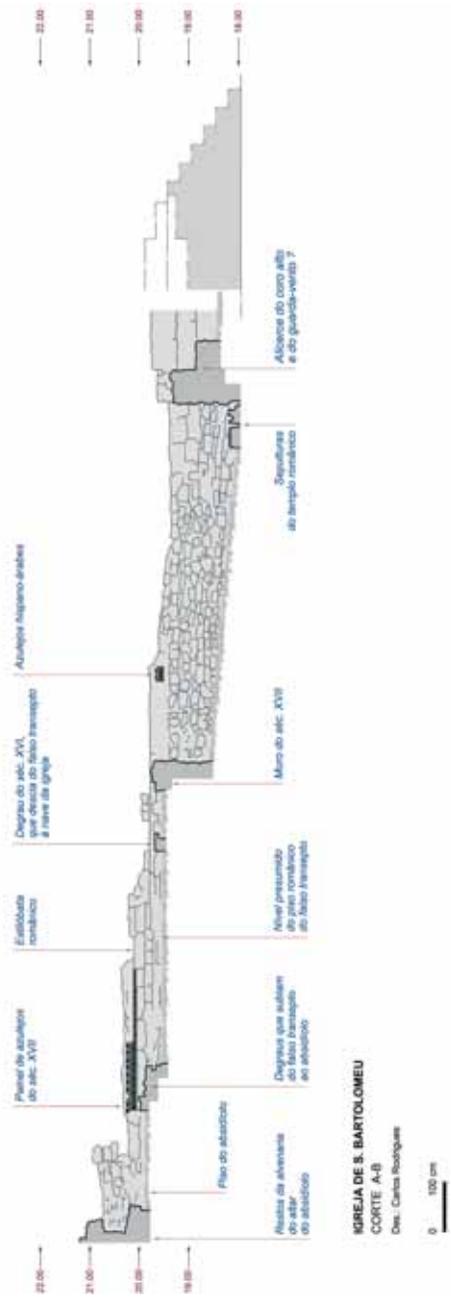


Fig. 7

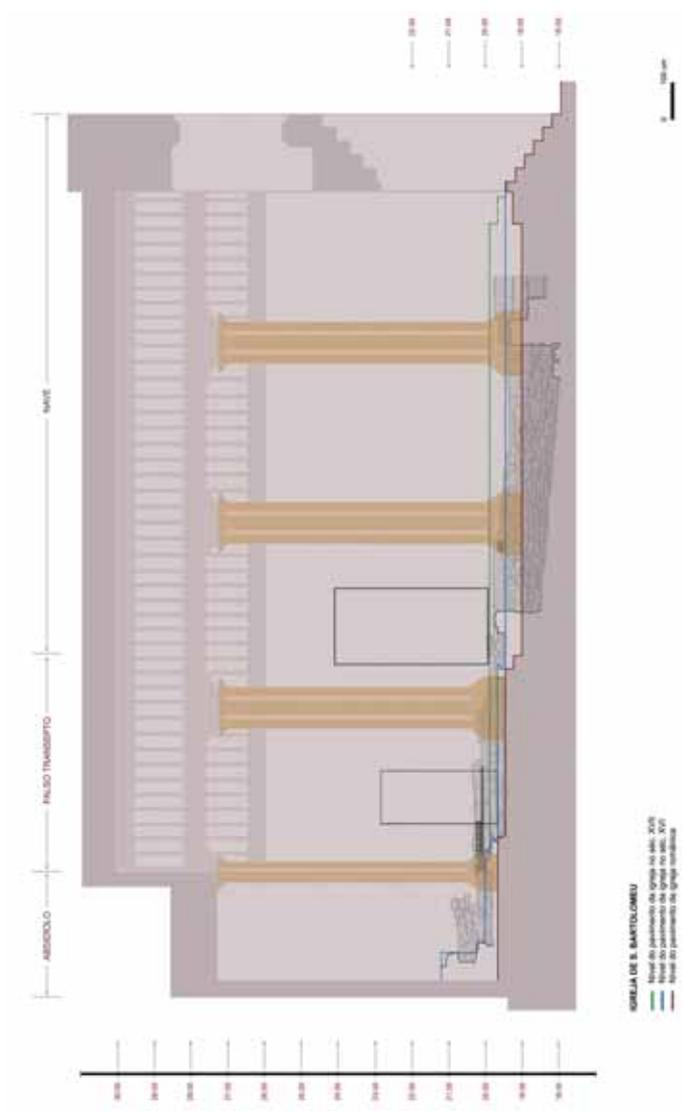


Fig. 8



FIG. 9

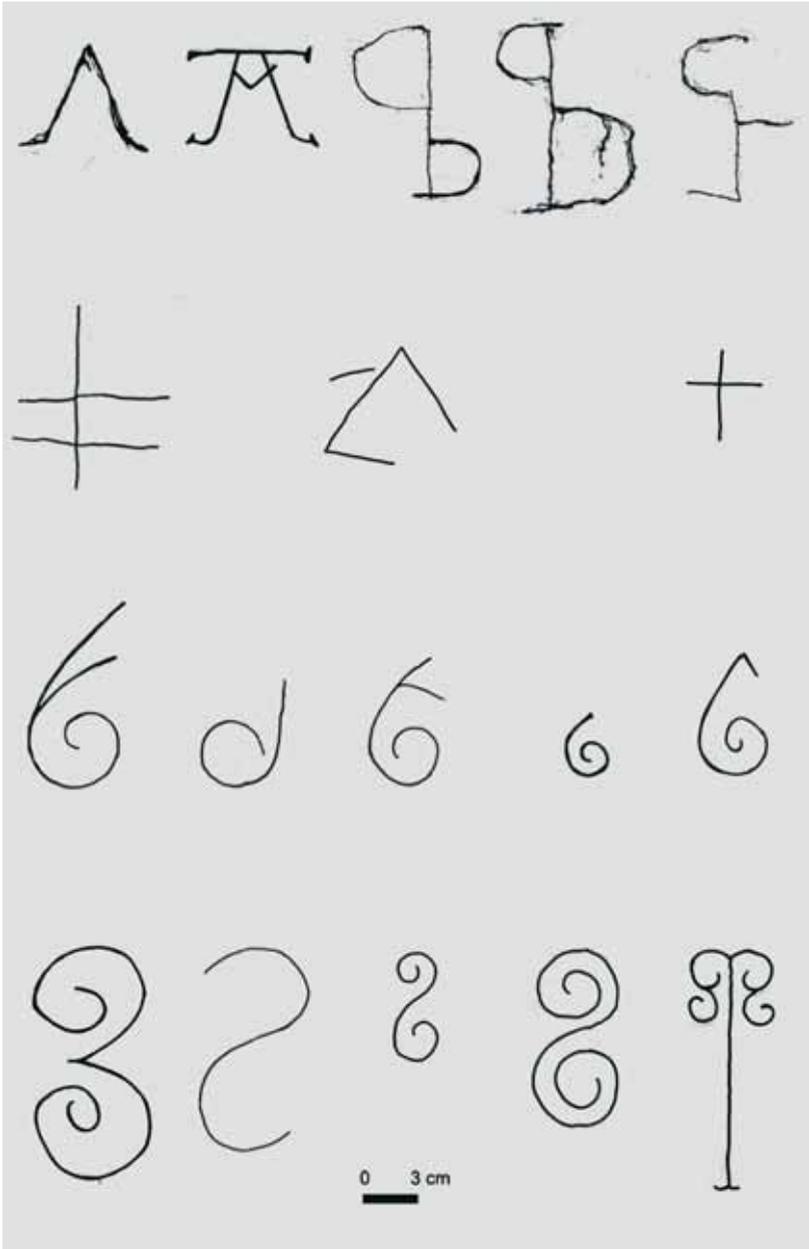


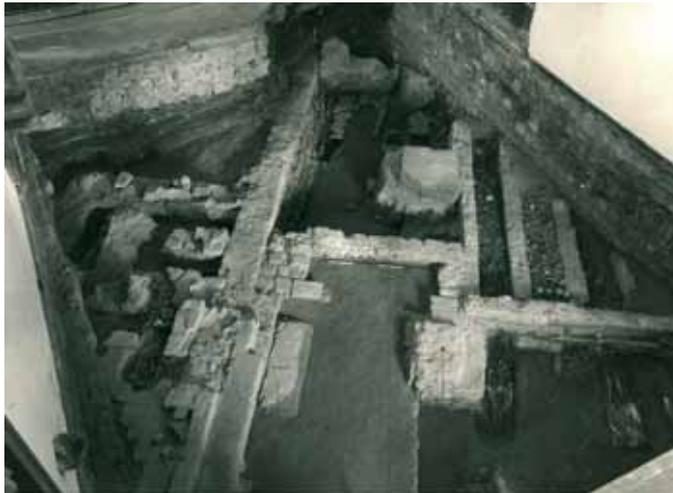
FIG. 10

Muro do séc. XVII ou XVIII ?

Muro do séc. XVII



Foto 1



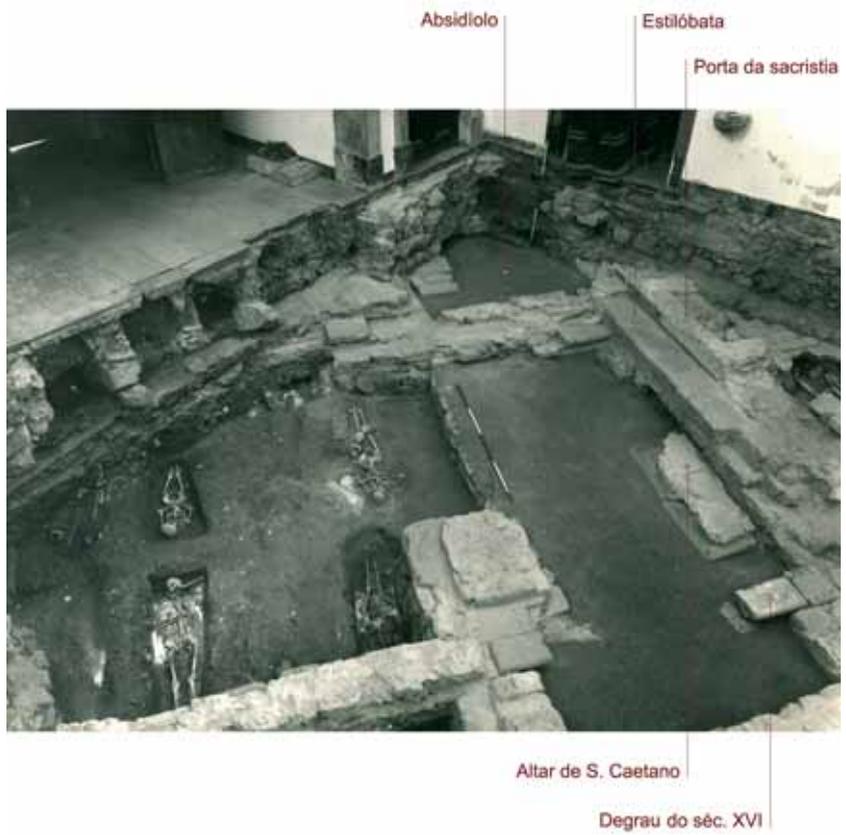
Altar de S. Caetano

Muro
do séc. XVII

Base
de pilar românico

Muro do séc. XVII
ou XVIII ?

Foto 2



Foro 3

Altar de S. Caetano



Porta da sacristia românica

Foto 4



Degrau românico

Degrau do séc. XVI

Foto 5



Фото 6



Фото 7



Foto 8



Foto 9



Cano

Foto 10



Foto 11



Muro do séc. XVII

Altar de S. Cristóvão

Foto 12

Altar de S. Cristóvão

Muro do séc. XVII



Base de pilar românico

Foto 13



Фото 14



Фото 15



Foto 16



Foto 17



Foto 18